

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POR UMA AVALIAÇÃO COM FOCO NA RACIALIDADE NEGRA: a ação pública em saúde mental no Brasil sob uma perspectiva de negritude e antinegritude

Francisco Anderson Carvalho de Lima¹

RESUMO

Por meio de uma opção decolonial avaliativa inspirada na abordagem antropológica de avaliação de políticas públicas, aliadas à metodologia de pesquisa afrodescendente, ao quilombismo e a perspectivas teóricas afropessimistas, apresentamos pesquisa avaliativa no campo da atenção psicossocial com foco na racialidade. Foram realizadas entrevistas com profissionais e usuários dos serviços de saúde, observações e incursões etnográficas entre novembro/2021 a dezembro/2022 em territórios negros e territórios raciais ancestralizados, a fim de compreender as relações entre a ação pública em saúde e sua instrumentalidade na implementação da atenção psicossocial em comunidades negras. A partir destes elementos empíricos se discute brevemente a decomposição da cena racial no cuidado em saúde.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Saúde Mental em Grupos Étnicos. Saúde da População Negra.

ABSTRACT

Through an evaluative decolonial option inspired by the anthropological approach to the evaluation of public policies, allied to the Afro-descendant research methodology, quilombism and Afropessimistic theoretical perspectives, we present evaluative research in the field of psychosocial care with a focus on raciality. Interviews were conducted with professionals and users of health services, observations and ethnographic incursions between November/2021 to December/2022 in black territories and ancestrally racialized territories, in order to understand the relationships between public action in health and its instrumentality in the implementation of psychosocial care in black communities. From these empirical elements the decomposition of the racial scene in health care is briefly discussed.

Keywords: Public Policy Evaluation. Mental Health in Ethnic Groups. Black Population Health.

¹ Doutorando em Saúde Pública pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Acadêmico de Medicina da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC); acarvalho.eco@gmail.com | Bolsista CAPES (88887.493675/2020-00)

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A política nacional de saúde mental e as ações e serviços de atenção psicossocial no Brasil constituem cenário de campo de disputas, nos quais se registram as tensões e conflitos insculpidos nos regimes de sociabilidade contingenciados nas margens da formação social dos Estados-nação, por conseguinte anunciando-se como importantes objetos para se desvelar esses elementos contingenciados, tais como raça, classe, gênero e a nação, nas tensões adscritas nos projetos nacionais modernos, muitas vezes desenvolvidos sob a égide eugenista do final do século XIX e início do século XX.

Destarte, o seu delineamento inscreve universalismos atrelados à constituição de uma identidade nacional configurada no sexismo, elitismo e racismo no movimento modernizador pós-abolição, engendrando elementos de antinegitude que atualizam a colonialidade nos aspectos institucionais das políticas públicas por meio da perpetuação de um sentido de escravidão sobre o corpo negro. Se as instituições importam, a inscrição do corpo também.

Os fundamentos do dispositivo de colonialidade se processam por meio de sistemas de hierarquização de pessoas, povos e conhecimentos, adotando-se como referência a Europa, a branquitude, a masculinidade, a heterossexualidade e o cristianismo. Ademais, podemos significá-lo como a lógica de perpetuação do colonialismo que estabelece a organização da civilização no âmbito do ocidente moderno, pois a retirada das tropas coloniais dos territórios dominados não garante o seu fim, que se mantém por meio de mecanismos ligados à subjetivação e às dinâmicas institucionais, o que convoca uma necessária análise de nível sociogênico das problemáticas de saúde mental quando se debruça sobre contextos de povos colonizados, em especial considerando-se a experiência de alienação racial dos sujeitos negros (FANON, 2008).

Ademais, algumas experiências históricas contingenciam a formação de identidades híbridas por meio da modulação de experiências culturais diversas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dentre as quais chamamos atenção para o tráfico colonial de africanos empreendido pelos povos europeus durante os processos de escravidão e ocupação colonial, na situação de esgotamento dos ciclos de escravização indígena. O que, ademais, enseja a classificação do sujeito africano em sua diversidade sob a adjetivação totalizante negro, o que constituiria uma das maiores violências coloniais (MBEMBE, 2018).

Esta experiência configura a emergência do Atlântico Negro, um espaço de modulação cultural e formação de identidades negras a partir da experiência do tráfico, em que nações e culturas diversas são lançadas ao mar atlântico povoando os territórios diversos em um contexto de diáspora no seio de uma contracultura da modernidade (GILROY, 2012).

Os diversos povos africanos lançados ao mar pelo tráfico colonial e subjugados à escravidão nos territórios atlânticos compõem experiências culturais importantes para a constituição dos regimes de sociabilidade moderno, tais como a revolução do Haiti (JAMES, 2000) que fundamenta as bases do constitucionalismo (QUEIROZ, 2017) e o quilombismo (NASCIMENTO, 2019) que inspira revoluções diversas e propõe regimes ancestrais de sociabilidade e organização da vida, inclusive, sendo contra isso, que se desenvolvam tecnologias coloniais diversas a fim de atualização da colonialidade.

A partir dessas tecnologias de gestão social, por conseguinte, constituídas enquanto política, tais como o racismo, passam a se idealizar projetos de nação diversos em um movimento de se instituir culturas nacionais comportadas sob o Estado-nação em detrimento das culturas africanas e indígenas, as quais passam a ser folclorizadas em processos de assimilação etnocidas, uma vez que para manter, atualizar e justificar a supremacia racial branca europeizada, se promove o apagamento e silenciamento por meio da inscrição de formas legitimadas de conhecimento referenciadas em elementos de colonialidade.

Neste sentido, a partir da problemática acima exposta, questionamos de que maneira é possível se empreender o desenvolvimento de modelos e estratégias de

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

atenção psicossocial que deem conta dessa experiência do Atlântico Negro, considerando-se os regimes de colonialidade e racialidade particularmente inscritos no texto colonial moderno?

Para desenvolver esses questionamentos, neste trabalho, discutimos brevemente excertos uma experiência de ação pública em território racial ancestralizado no estado do Ceará, Brasil, que advém de pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de doutorado acadêmico no campo da Saúde Coletiva, focando especificamente na decomposição da cena racial no cuidado em saúde.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Intentamos construir uma pesquisa avaliativa de natureza qualitativa por meio de uma opção descolonial avaliativa (LIMA; GUSSI, 2022) inspirada na abordagem antropológica de avaliação de políticas públicas (Gussi, 2014) e na perspectiva de avaliação pós-construtivista (LEJANO, 2012), aliadas à metodologia de pesquisa afrodescendente (CUNHA JUNIOR, 2008), ao quilombismo (NASCIMENTO, 2006) e a perspectivas teóricas afropessimistas (WILDERSON III, 2021; SEXTON, 2016).

Com isso, buscamos operar a fusão do texto da política e contexto no qual é implementada, considerando o aspecto territorial e vivencial das políticas públicas que constituem a experiência de política (LEJANO, 2012), ou seja, a forma como ela é significada pelos atores, levando em conta a mobilização da racialidade e colonialidade no seio da diáspora africana no Atlântico Negro na constituição de subjetividades negras em territórios do estado do Ceará, Brasil.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com profissionais e usuários dos serviços de saúde, observações e incursões etnográficas no período de novembro/2021 a dezembro/2022 em territórios negros e territórios raciais ancestralizados, a fim de compreender as relações entre a ação pública em saúde e sua instrumentalidade na implementação da atenção psicossocial em comunidades negras, em especial nos municípios de Horizonte, Pacajus, Crato e Juazeiro do Norte.

PROMOÇÃO



Neste relato de pesquisa, em específico, se discute brevemente aspectos relacionados à decomposição da cena racial no cuidado em saúde em processos advindos dos elementos empíricos na construção da pesquisa.

3 CONTEXTOS: A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA

Contextualmente, a pesquisa, de que trata este trabalho circunscreve-se nos delineamentos contemporâneos da Política Nacional de Saúde Mental, no Brasil. Esta política tem como marco legal a lei federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, redirecionando o modelo assistencial de saúde de um modelo hospitalocêntrico, isto é centrado no hospital, para um modelo comunitário com reconhecimento da cidadania e da autonomia; estabelece como diretriz de cuidado a reinserção familiar e comunitária; regulamenta a internação garantindo direito a acompanhamento adequado e prestação de informações devidas no ato de internação; e institui a responsabilidade do Estado para com as pessoas acometidas com transtornos mentais (BRASIL, 2001). Tal política foi elaborada junto a diversos setores da sociedade civil, organizações e entidades vinculadas à questão da saúde mental e estabelece a proteção do direito das pessoas com transtorno mental, as reconhecendo legitimamente enquanto sujeitos de direito no âmbito da cidadania.

Com relação à instituição e normatização da Rede de Atenção Psicossocial, esta é instituída com a portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que objetiva “a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito SUS” (BRASIL, 2011, s.p.).

A normativa apresenta como diretrizes e objetivos elementos que apontam para uma prática de saúde mental concatenada com princípios históricos da reforma psiquiátrica brasileira, de forma a fomentar uma prática territorial e comunitária, além de traçar aspectos legislativos e regulações acerca dos serviços.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A portaria define, ainda, a composição da rede, conformada por modelos de atenção e estratégias de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial, na seguinte medida: Atenção Básica, através das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), equipes de Consultório na Rua (CnR), apoio aos serviços do componente de Atenção Residencial de Caráter Transitório, e Centros de Convivência e Cultura; Atenção Psicossocial Estratégica, que corresponde aos serviços dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diversas modalidades; Atenção de Urgência e Emergência, por meio do Serviço Médico Móvel de Urgência (SAMU), Sala de Estabilização, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e portas de entrada hospitalares de atenção à urgência e pronto socorro, bem como serviços de emergência e demanda espontânea que possam ser realizados nas próprias UBS; Atenção Residencial de Caráter Transitório, por meio de Unidades de Acolhimento (UA), Serviço de Atenção em Regime Residencial; Atenção Hospitalar, disponibilizando Enfermaria especializada em Hospital Geral, Serviço Hospitalar de Referência (SRH) para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; Estratégia de Desinstitucionalização, com os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e o Programa de Volta pra Casa (PVC); e Estratégia de Reabilitação Psicossocial, por meio de iniciativas de Geração de Trabalho e Renda, Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais, com base em preceitos da Economia Solidária (BRASIL, 2011).

Desde suas dimensões teórico-conceituais, jurídico-políticas, técnico-assistenciais e socioculturais, atuando junto ao movimento de Luta Antimanicomial, registra-se a intenção de conformar políticas públicas por meio do ordenamento político junto ao Estado e outros movimentos sociais contingenciando o campo da atenção psicossocial, o qual é de caráter plural e transversalizado no Brasil.

Discute-se, neste trabalho em específico, a decomposição da cena racial no cuidado em saúde como elemento estratégico para o campo da atenção psicossocial, no sentido de dispor a composição do cuidado territorial e de base comunitário, configurando cenário fértil para a implementação da ação pública em saúde mental.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

4 (DE)COMPOSIÇÃO DA CENA RACIAL NO CUIDADO EM SAÚDE

A inscrição do corpo e suas alteridades no âmbito da instituição neste jogo de relações que é o cuidado, diz de um elemento avaliativo que enseja a interpretação da cultura no âmbito da avaliação.

Neste sentido, Lejano (2012), desdobrando um aspecto hermenêutico na fusão do texto e contexto, desenvolve sua abordagem a partir de três conceitos fundamentais: experiência, entendida como a descrição densa da política na tarefa analítica de aproximar os *policymakers* da experiência da política em si; coerência, em que a análise da política se desenvolve por meio da noção de encaixe institucional, isto é, a descrição do nível em que uma iniciativa política foi incorporada nos modos de cotidianidade em um determinado território, o que aponta para um polimorfismo institucional, fornecendo subsídios para se atentar se uma instituição foi capaz de adequar-se a um determinado contexto; e topologia, a consideração de múltiplas dimensões da experiência, do saber e do conhecimento no âmbito da política, o que viabiliza a operação de modelos de análise que alarguem o campo e o dispositivo avaliativo na confluência entre a prática e a situacionalidade institucional, isto é, a bricolagem de como a política se processa no serviço e no território com campo institucional através de um caráter multi-situado da experiência (LEJANO, 2012).

Nesse contexto, o sentido de experiência conjuga os elementos de cotidianidade na inscrição do corpo que significa o mundo nos episódios e situações que agenciam as cadeias de significados imanentes na relação intersubjetiva entre as pessoas, os lugares e as coisas (MARCUS, 1995).

Além disso, ao desdobrar as condições de possibilidade de análise e avaliação da política pela experiência, a proposta de Lejano (2012) aponta para a decomposição da experiência com elementos pragmáticos do engajamento prático com o mundo do vivido a partir do desenvolvimento de oportunidades para que o saber e a política emerjam de um processo de ação reflexiva e, com isto, haja a integração das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



situações políticas e institucionais que emergem da análise, em seus diferentes aspectos, convergindo as formas de conhecimento em aspectos cognoscentes inteligíveis na ordenação de teias de cuidado intencionado, a fim de compreender essa situação institucional circunscrita na política, na qual a descrição densa da experiência inunda de significado a cotidianidade do saber local. Isso resta posto nos excertos da experiência aqui narrada.

Assim, a avaliação da política conformada por meio de uma analítica conjugada nesses elementos, contingencia o conhecimento de como as instituições funcionam e o que as faz funcionar. Isso se se mostrou profícuo para desvelar a composição e decomposição das dinâmicas institucionais comportadas no projeto nacional que delinea as formas estatais e agenciam a ação pública em saúde, mas que também dizem acerca de uma experiência de relação em que jogos de cena racial são colocados também pela dobra desse polo imagético, apontando, por exemplo, para o reconhecimento de uma experiência de ancestralidade, como no relato abaixo:

Ser negro não é só a cor da pele. Antes era essa a minha ideia, era relacionada a cor. Mas hoje em dia não, hoje eu já vejo que está também muito ligada a ancestralidade, a características físicas e também a uma questão de identificação, à pessoa se identificar com aquilo, com a raça (Enfermeira).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas institucionais que contingenciam a ação pública, na conformação de políticas, programas e serviços na garantia de direitos, também anunciam a produção de subjetividades e formas de vida, as quais são moduladas em operações diversas nos processos de implementação, gestão e avaliação, pois, afinal, se as instituições importam, a inscrição do corpo também.

Observamos que a ação pública se esgueira em princípios e diretrizes de equidade que não se materializam no cotidiano de comunidades negras ancestrais. Embora se reconheça a inscrição do território no corpo que acessa a clínica, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



operacionalização da cena racial se dá pela analogia ou invisibilidade, engendrando elementos de antinegitude.

Assim, há um espaço invisibilizado entre o delineamento da política pública e a emancipação do povo negro no Brasil. Articulando os elementos advindos do campo, podemos depreender ser a experiência de antinegitude, que ao mesmo tempo em que nega a condição de sujeito do corpo negro, o inclui na constituição da modernidade pública em situação de desamparo fundamental por meio da inscrição da violência colonial em regimes de escravidão perpétua, apontando elementos para o reordenamento da política e a necessária fundação de uma atenção psicossocial quilombista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 2011.

_____. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 abr. 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Metodologia afrodescendente de pesquisa. **Revista do NUPE**, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte; PRADOS, Rosália Maria

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Netto; SCHIMIDT, Cristina (Orgs.). **A música como negócio**: políticas públicas e direitos de autor. São Paulo: Letra e Voz, 2014. p. 12-22.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.

LIMA, Francisco Anderson Carvalho; GUSSI, Alcides Fernando. 2022. Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas. **Rev. Avaliação de Políticas Públicas**, v. 6, n. 20, p. 11-35, 2021. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/78502/218306>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography, **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: Ratts, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006. p. 117-125.

QUEIROZ, Marcos. **Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SEXTON, Jared. 2016. Afro-pessimism: the unclear word. **Rhizomes: Cultural Studies in Emerging Knowledge**, 29: s.p. Disponível em de: <http://www.rhizomes.net/issue29/pdf/sexton.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

